

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.419 - PR (2019/0280210-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADOS : LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES - PR039162
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH - PR035463
STEPHANIE ZAGO DE CARVALHO - PR039429
RUI FERRAZ PACIORNIK - PR034933
AGRAVADO : LEONARDO MARTINS DE FREITAS
ADVOGADOS : FÁBIO VIANA BARROS - PR037164
LUIZ CARLOS DA SILVA - PR046330

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A em face da decisão acostada às fls. 634-635 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 517-521 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

ACÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE DO AUTOR, DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO INAUGURAL. RECURSOS INTERPOSTOS PELA SEGURADORA RÉ.

AGRAVO RETIDO.

DECISÃO AGRAVADA QUE, DENTRE OUTROS PONTOS, AFASTOU A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO NAS RAZÕES DE APELAÇÃO PARA ANÁLISE DO RECURSO. DESCUMPRIMENTO DO ART. 523, CAPUT", DO CPC/1973. "

RECURSO NÃO CONHECIDO.

APELAÇÃO CÍVEL.

1. SEGURADO QUE NÃO FOI INFORMADO SOBRE A DIFERENCIAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL. ALEGAÇÃO DA RÉ DE QUE INCUMBE À ESTIPULANTE CIENTIFICAR O SEGURADO A RESPEITO DAS CONDIÇÕES DO SEGURO. MERA MANDATÁRIA. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. RÉ QUE DEVE ARCAR COM O PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR INDENIZATÓRIO, MESMO QUE A INVALIDEZ SEJA PARCIAL. SENTENÇA MANTIDA.

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS. ART. 85, §11, DO CPC/2015.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões de recurso especial (fls. 582-605 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os artigos 21, §2º, do Decreto Lei 73/66, 421, 425, 757, 760 e 801 do Código Civil, sustentando que ser da estipulante, no seguro de vida em grupo, a responsabilidade por prestar informações ao segurado. Aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 618-631 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 643-655 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 668-672 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. A tese defendida pela insurgente não encontra abrigo na jurisprudência desta Corte Superior.

Isso porque, a seguradora tem o dever de prestar informações ao segurado, mesmo nos contratos de seguro de vida em grupo, não podendo eximir-se de tal responsabilidade, transferindo-a integralmente a estipulante.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU
PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA
DA DEMANDADA.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a seguradora tem o dever de prestar informações ao segurado, mesmo nos contratos de seguro de vida em grupo. Precedentes de ambas Turmas de Direito Privado.

2. Tal responsabilidade não pode ser transferida, eximindo a seguradora, integralmente à estipulante, pois essa, segundo o artigo 801, § 1º, do Código Civil, "não representa o segurador perante o grupo segurado, e é o único responsável, para com o segurador, pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais".

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1835185/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. CLÁUSULAS
LIMITATIVAS. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA.
FALTA DE ASSINATURA DA CONTRATANTE. SÚMULAS 5 E 7
DO STJ. DEVER DE INFORMAÇÃO SOBRE CLÁUSULA
RESTRITIVA. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Ademais, o entendimento da Corte local sobre o dever da seguradora informar ao segurado consumidor sobre cláusula restritiva está em conformidade com a jurisprudência do STJ no sentido de que "a seguradora deve sempre esclarecer previamente o consumidor e o estipulante (seguro em grupo) sobre os produtos que oferece e existem no mercado, prestando

informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e as suas consequências, de modo a não induzi-los em erro" (AgInt no REsp 1644779/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 25/08/2017).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1428250/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ADICIONAL DE COBERTURA POR INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA - IFPD. PATOLOGIA DA COLUNA LOMBAR CONTROLADA POR CIRURGIA.

INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA A PROFISSÃO. DESEMPENHO DE ATIVIDADES LABORAIS LEVES. DEFINIÇÃO DA APÓLICE: INVALIDEZ FUNCIONAL. ATIVIDADES AUTONÔMICAS DA VIDA DIÁRIA. PRESERVAÇÃO.

INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INDEVIDA.

[...]

3. Embora a cobertura IFPD (invalidéz funcional) seja mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidéz profissional ou laboral), não há falar em sua abusividade ou ilegalidade, tampouco em ofensa aos princípios da boa-fé objetiva e da equidade, não se constatando também nenhuma vantagem exagerada da seguradora em detrimento do consumidor. De qualquer modo, a seguradora deve sempre esclarecer previamente o consumidor e o estipulante (seguro em grupo) sobre os produtos que oferece e existem no mercado, prestando informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e as suas consequências, de modo a não induzi-los em erro.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1449513/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 19/03/2015)

Logo, o recurso encontra óbice na Súmula 83/STJ.

1.1. Ressalta-se, por fim, que o óbice é aplicável tanto aos recursos interpostos com fundamento na alínea "c", como na alínea "a". Neste sentido: **AgInt no AREsp 1331833/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019; **AgInt no AREsp 1340955/SP**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 13/12/2018.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se provimento ao agravo em recurso especial** e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento), incidente sobre o valor já arbitrado pela origem (fl. 521 e-STJ), em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator